

Quando a Casa-Grande ‘Vem Pra Rua’: A Manifestação do Imaginário Escravocrata da Elite do Atraso

When the Masters ‘Vem Pra Rua’: The Slavery Imaginary of the Reactionary Elite

Cuando la Casa-Grande ‘Vem Pra Rua’: La Manifestación del Imaginário racista de una Élite Atrasada

Aline Vaz¹
Marcela Barba Santos²
Fernanda Regina Rios Assis³
Tarcis Prado Junior⁴

Resumo: O presente estudo enfoca o olhar para manifestações *pró-impeachment* que têm lugar no Brasil após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff em 2014. A análise é realizada de forma comparativa entre fotos amplamente midiaticizadas durante os protestos pelo impedimento e pinturas dos principais artistas viajantes que retrataram o Brasil no início do século XIX, Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, bem como o pintor Francisco Aurelio de Figueiredo e Melo. Desse modo, verifica-se um certo imaginário conservador que é levado às ruas e que, por revelar traços de origens escravocratas, rompe com definições que caracterizam os tradicionais movimentos sociais, constituindo-se meramente em manifestações nostálgicas do passado, ao resgatar imagens da *casa-grande e senzala*, segregando a sociedade em “eles e nós”, brancos e negros, classe média e seus serviços.

Palavras-chave: Manifestações *pró-impeachment*. Movimentos sociais. Imaginários. Casa-grande e senzala.

Abstract: This essay focuses on the pro-impeachment demonstrations that take place in Brazil after the re-election of President Dilma Rousseff in 2014. The analysis compares widely mediated photos during the protests for the impediment to paintings by the main traveling

¹ Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens (PPGCom/UTP), Curitiba-PR, Brasil. E-mail: alinevaz900@gmail.com

² Universidade Federal Fluminense (UFF), Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFF), Niterói-RJ, Brasil, marcelabarba@id.uff.br

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE/UTFPR), Curitiba-PR, Brasil, E-mail: fra1612@gmail.com

⁴ Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Curitiba-PR, Brasil. E-mail: tarcisjr@yahoo.com.br

artists who portrayed Brazil in the early 19th century, Jean-Baptiste Debret and Johann Moritz Rugendas, as well the painter Francisco Aurelio de Figueiredo e Melo. Therefore, this study verifies a Brazilian imaginary that is taken to the streets, unfolding traces of slavery origins, which breaks with definitions that characterize traditional social movements, constituting merely nostalgic manifestations of the past, recovering images of *the masters and the slaves*, segregating society in “them and us”, white and black, middle class and their servants.

Keywords: Pro-impeachment demonstrations. Social movements. Imaginaries. The masters and the slaves.

Resumen: El presente estudio se centra en observar las manifestaciones a favor de lo *impeachment* que tienen lugar en Brasil después de la reelección de la presidenta Dilma Rousseff en 2014. El análisis se lleva a cabo de manera comparativa entre fotos ampliamente mediatizadas durante las protestas de impedimento y pinturas de los principales artistas itinerantes que retrataron a Brasil a principios del siglo XIX, Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, así como el pintor Francisco Aurelio de Figueiredo e Melo. De esta manera, el presente estudio verifica un cierto imaginario conservador que se lleva a las calles y que, al revelar rastros de orígenes racistas, rompe con las definiciones que caracterizan a los movimientos sociales tradicionales, caracterizándose simplemente en manifestaciones nostálgicas del pasado, al rescatar imágenes de la casa grande y los cuartos de esclavos, segregando a la sociedad en “ellos y nosotros”, blancos y negros, clase media y sus sirvientes.

Palabras clave: Demostraciones de juicio político. Movimientos sociales. Imaginario. Casa grande y cuartos de esclavos.

1 INTRODUÇÃO

Em junho de 2013 o Brasil se viu perturbado pelo movimento vertiginoso de uma insatisfação que, inicialmente, parecia pertencer a todos os brasileiros. O ponto de partida: o aumento da tarifa de transporte coletivo (em São Paulo o *Movimento Passe Livre* – MPL convoca o primeiro protesto para o dia 03 de junho) – o *slogan* que logo se popularizaria por todas as manifestações do país “não são só 0,20 centavos” levaria a outro extremo, dando início a um novo contexto no cenário político brasileiro. Colocando o governo vigente em dúvida, os protestos vestiriam as cores da bandeira brasileira, fortalecidos por um discurso patriota, e ganhariam o som das panelas, que por exemplo, durante os pronunciamentos televisionados da Presidenta Dilma Rousseff, em sinal de insatisfação, era ecoado pelas batucadas ritmadas dos moradores de apartamentos localizados em áreas nobres do país. As *manifestações noturnas do inverno de junho* (Figura 1) que cobravam um posicionamento do Estado não somente em relação às tarifas abusivas, mas em detrimento a tantas outras questões ligadas à mobilidade

urbana, bem como a liberdade de expressão e os direitos humanos, com a reeleição de Rousseff em 2014 se ressignificam, deixam de ocupar a luz das noites de inverno para serem agendadas pelos seus (novos) organizadores *à luz do dia de domingos ensolarados*, convocando a destituição da presidenta Dilma Rousseff e elegendo um lado salvador – a operação *Lava Jato*⁵ (Figura 2).

As primeiras manifestações de 2013, as conhecidas *Jornadas de Junho*, são lideradas pelo MPL, o Movimento Passe Livre, que em seu site (www.mpl.org.br) apresenta a seguinte *insígnia*: “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, partidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”. Trata-se de um movimento social que segundo a descrição disponível no sítio *online* reúne um “grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade”. Eles estão “presentes em várias cidades do Brasil” e lutam “pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero!”.

⁵ Iniciada em 2014, a Operação Lava Jato (OLJ) foi conduzida pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Polícia Federal (PF), sendo considerada a maior e mais complexa operação instaurada para investigar esquemas bilionários de corrupção com o pagamento de propinas a agentes públicos e geração de Caixa 2. A Lava Jato, através de suas investigações, apresentou as diversas metodologias de lavagem de dinheiro empregadas pelos envolvidos, empresas e seus operadores ligados à Petrobrás, empreiteiras, agentes públicos e políticos de diferentes partidos, sendo responsável pela prisão de empresários e empreiteiros, como Marcelo Odebrecht e Léo Pinheiro, e políticos como o ex-ministro José Dirceu, o ex-governador Sérgio Cabral, o ex-deputado Eduardo Cunha, além do até então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso no dia 7 de abril de 2018, após ordem de prisão expedida pelo, naquele momento, juiz Sergio Moro e, após 580 dias de detenção, teve o alvará soltura expedido no dia 8 de novembro de 2019, a partir da ordem do juiz Danilo Pereira Júnior, da 12ª Vara Federal de Curitiba. A partir do dia 9 de junho de 2019, com a divulgação de reportagens da agência de notícias *The Intercept Brasil*, apresentando mensagens e outros conteúdos compartilhados em *chats* privados entre membros da força-tarefa da operação, como o ex-procurador e deputado federal eleito em 2022 (PODE), Deltan Dallagnol, a imagem pública da Operação Lava Jato, e consequentemente a do ex-juiz, ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro (2019-2021) e senador eleito em 2022 (União-PR), Sérgio Moro, sofreu abalo. Segundo *The Intercept Brasil*, as reportagens apresentavam como “os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre seu desejo de impedir a vitória eleitoral do PT e tomaram atitudes para atingir esse objetivo; e que o juiz Sergio Moro colaborou de forma secreta e antiética com os procuradores da operação para ajudar a montar a acusação contra Lula. Tudo isso apesar das sérias dúvidas internas sobre as provas que fundamentaram essas acusações e enquanto o juiz continuava a fingir ser o árbitro neutro neste jogo.” (THE INTERCEPT BRASIL; 2019). A Operação Lava Jato, após 79 fases (realizadas até 12 de janeiro de 2021), “a fim de assegurar estabilidade e caráter duradouro ao trabalho” (MPR; 2021), foi dissolvida em 1º de fevereiro de 2021 pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e teve sua força-tarefa incorporada ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Federal (MPF).

Figura 1 – Manifestações nas noites gélidas: “não são só 0,20 centavos”



Fonte: Fabio Braga/Folhapress.⁶

Figura 2 – Manifestações nos domingos ensolarados: “apoio a lava jato”



Fonte: Agência Brasil (2017).⁷

⁶ BRAGA, Fábio. Imagens do dia. Manifestantes marcham em mais um dia de protestos contra o aumento da tarifa de ônibus na capital paulista. 11.jun.2013. **Folha**. 1 fotografia.970 x 600 pixels. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/16837-imagens-do-dia>. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁷ NO RIO, manifestação reúne centenas em apoio à Lava Jato e contra a impunidade. **Agência Brasil**. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-03/manifestacao-reune-centenas-no-rio-em-apoio-lava-jato-e-contra-impunidade>. Acesso em: 20 jul. 2020.

De fato, é notável que o MPL tem lugar como movimento social, organizado e articulado como tal, mas o que vem depois, permanece vinculado a esse movimento? Como as manifestações *pró-impeachment* são lideradas? Pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira?⁸ Pelo então jurista Sergio Moro, “líder informal” da Operação *Lava Jato*? Pela mídia?⁹ Não. A classe média que foi às ruas, parece-nos, não tinha um líder, mas pode ter sido, provavelmente, hospedeira, seja dos interesses do PSDB, da *Lava Jato* ou da mídia. Tudo isso imbuído de um imaginário classista. Nessa perspectiva, o presente estudo, propõe-se a refletir em que medida as manifestações *pró-impeachment*/pós-jornadas de junho se articulam, ou não, como pertencas de movimentos sociais, pensando que ao não se organizarem como tal, por sua vez, então, se orientam involuntariamente por meio de um imaginário, um *zeitgeist* pós-moderno. E qual seria este? Observando imagens midiáticas das manifestações *pró-impeachment* em comparação com pinturas dos principais artistas viajantes que retrataram o Brasil no início do século XIX, Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, bem como o pintor, escultor e escritor Francisco Aurelio de Figueiredo e Melo, discutimos como o imaginário de uma classe média brasileira se inscreve como escravocrata, buscando reiterar seu lugar de poder, portanto, não se colocando como movimento social, em busca de direitos e transformações sociais, mas pela manutenção de diferenças, procurando segregar e marcar os opostos, eles e nós, a casa-grande e a senzala.

⁸ A polarização partidária PT-PSDB, presente no cenário político brasileiro desde os anos 1990 e ainda mais forte na *Era Lula* e no Governo Dilma (PT), teve seu ápice após a reeleição de Dilma em 2014 por pequena margem de votos. PSDB e as forças conservadoras, inconformados com a derrota nas urnas, se articularam para um golpe de Estado que culminou no *impeachment* da presidenta. Ao apoiar as manifestações contra o governo, o PSDB aproveitou o espaço para legitimar os discursos das redes e das ruas em prol de seus interesses, bem como usou o período para promover campanhas de filiação. Além disso, na *Lava Jato*, Moro apareceu como uma figura que atendia aos interesses da direita, enquanto na mídia encontrou um potencial para desmoralizar os suspeitos da oposição, que foram investigados a partir das práticas discursivas da política de escândalo e de um regime de verdade.

⁹ A internet e seu uso nos sistemas comunicacionais têm alterado os processos de participação política em uma sociedade midiaticizada, articulando diferentes atores políticos e dispositivos participativos. As manifestações de 2013 marcaram a tensão entre o discurso da grande imprensa *versus* a mídia alternativa, bem como a circulação de sentidos produzidos desde então. Com as eleições de 2014 e o início do segundo mandato de Dilma Rousseff em 2015, a mobilização de partidos de oposição e de grupos conservadores em rede, assim como a mídia tradicional, se apresentaram na Câmara em pedidos de *impeachment*, e ganharam as capas de jornais, portais e revistas. A mídia (da midiaticização), ao cobrir os protestos de 2015, o fez a partir de um cruzamento de estratégias comunicacionais com diferentes origens, naturezas e ambientes, construiu narrativas facilmente espalhadas pela *Web*, através das redes sociais, que mobilizaram práticas sociais, políticas, jurídicas e opinião pública.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são reconhecidos por ações políticas coletivas em justaposição a uma dinamização social. A conceitualização descrita por Ilse Scherer-Warren (2005) considera os movimentos sociais como ações coletivas de caráter reivindicativo independente de suas dimensões ou motivações. Entretanto, a pesquisadora, em consonância com Cifuentes (1986) que critica a dimensão conceitual do termo em sua abrangência, acrescenta que a ampla definição criaria um esvaziamento teórico do termo, pois qualquer conduta quando observada empiricamente, desconsiderando a centralidade do ator, o alcance de suas lutas, as motivações de suas ações, o caráter ideológico e o projeto social e político que o envolve, constrói uma simplificação tanto na reflexão teórica quanto na ação dos movimentos sociais. Manuel Castells (2000, p. 23-24) pensa que a construção identitária, quando articulada pelos movimentos sociais, pode legitimar a resistência que se organiza em torno de atores que de alguma forma se sentem ameaçados por uma estrutura dominante, tornando viável, assim, redefinir uma posição na sociedade, transformando a estrutura social.

No Brasil do século XXI instala-se uma tensão no ordenamento identitário dos movimentos sociais até então representados por organizações como o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre outros, tradicionalmente pertencentes a uma classe desprivilegiada com pautas acolhidas com recorrência pelos setores da esquerda. Após as *Jornadas de Junho*, as ruas acabam por ganhar novas nuances com uma pauta contra corrupção e *pró-impeachment*, liderada por movimentos que nasceriam naquele momento como o *Vem Pra Rua*¹⁰ e *MBL – Movimento Brasil Livre*¹¹. A movimentação que acontece nas ruas do Brasil é articulada por pessoas privilegiadas, uma

¹⁰ O grito de ação 'vem pra rua', aproveitado de um *jingle* de automóvel para Copa das Confederações de 2013, ganhou uma adaptação durante os protestos das *Jornadas de Junho*. Com a grande adesão nas ruas e a evidência das manifestações pela mídia, o movimento posteriormente ganhou contornos e bandeiras. Em seu *website*, o Vem Pra Rua se apresenta como um “Movimento suprapartidário e democrático de luta contra a corrupção e busca por um Brasil melhor e mais ético.”. O sítio ainda afirma que o movimento atua na educação cívica da sociedade através de página oficial no *Facebook*.

¹¹ Fundado no final de 2014, o Movimento Brasil Livre - MBL estruturou-se em meio à crise das representações políticas brasileiras entre as *Jornadas de Junho* e o processo eleitoral em que a ex-presidenta Dilma Rousseff seria, então, reeleita. O movimento autodeclarado “pacífico, apartidário, formado por pessoas livres e iguais”, utilizou o *YouTube* como canal de acesso ao público, formado majoritariamente por jovens. Movido por preceitos de liberais e conservadores, se apoiou na Operação Lava Jato, no nacionalismo e na atualização do mito verde-amarelo. O crescimento do MBL foi apoiado no sentimento antipetista e no esforço ciberativista pelas manifestações *pró-impeachment*. O movimento já elegeu parlamentares nas esferas municipais e federais, com candidatos dentro dos partidos União Brasil, PSC, PP, PSB, PSDB e PV.

classe média descontente com o governo vigente e que não busca pelos direitos dos oprimidos, mas conforme nossa análise a seguir, reivindica o direito de oprimir.

Os chamados popularmente ‘coxinhas’¹² foram às ruas em ações coletivas, portanto, conforme salienta Warren (2005), à primeira vista, independentemente de suas dimensões ou motivações, seriam classificados como um movimento social, porém isso esvaziaria o sentido de luta e resistência do conceito. Assim, como sugere Cifuentes (1986), indagamos o projeto social e político que envolve as ações desses grupos que protestaram com camisetas da seleção de futebol no Brasil pós-eleições 2014. Ou seja, apesar das ruas estarem tomadas por grupos de pessoas em prol de uma pauta comum, tornando-se movimentos revoltos às conjunturas políticas de uma nação, bem olhado, o imaginário desse grupo poderá descaracterizar as lutas sociais, já que nesse momento as ruas são tomadas por privilegiados reiterando seus privilégios. Essa subversão inclusive, em alguma extensão, traria precedente a um ataque aos movimentos sociais no país, com uma proposta de lei que permitiria criminalizá-los como terroristas¹³.

Desse modo, buscamos no presente estudo apresentar um imaginário brasileiro que é levado às ruas e que, por revelar traços de origens escravocratas, não permite que classifiquemos as manifestações como vinculadas a *movimentos sociais*; estes parecem, sim, reivindicar o *status quo* de uma sociedade escravocrata que pretende *imobilizar o social*.

3 O IMAGINÁRIO BRASILEIRO ESCRAVOCRATA

O imaginário acomoda-se numa gama de predicados mutáveis e lábeis que em maior ou menor extensão e intensidade, a partir de uma materialidade cultural, envolve uma aura que

¹² O termo coxinha, gíria paulista que ganhou novo significado por conta dos protestos de 2013, passou a ser utilizado para descrever um grupo social que compartilhava valores conservadores e que atuava em constante desejo de diferenciação. Os “coxinhas”, naquele momento, eram considerados indivíduos preocupados com a segurança e que se esforçavam para não se misturar com o restante da sociedade. Inimigos da crítica, procuravam agir por sua visão ‘politicamente correta’. O termo escancara a desigualdade, a complexidade e os abismos da estrutura de classes sociais, principalmente nas metrópoles brasileiras. O ‘Coxinha’ é aquele que constantemente emula seus comportamentos movido pela distinção do resto (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA; 2013).

¹³ O PL 10431/2018, Projeto de Lei, transformada na Lei Ordinária 13810/2019, “Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.” O projeto, na época de sua divulgação, causou resistência das lideranças do PSOL - Partido Socialismo e Liberdade, do PCdoB – Partido Comunista do Brasil e do PT – Partido dos Trabalhadores na Câmara pelo receio de que o fosse utilizado para enquadrar os movimentos sociais como organizações terroristas. Além disso, em artigo no sítio do MTST – mtst.org – o então candidato à presidência, Guilherme Boulos, líder do MTST, manifestou que os “Movimentos sociais são legítimos e seguirão a existir em qualquer sociedade. Criminalizar quem se organiza por meio deles é atacar a democracia”.

ultrapassa a Cultura e interfere nas subjetividades. Nas palavras de Michel Maffesoli, *imaginário*

É o estado de espírito que caracteriza um povo. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega também algo de imponderável, um certo mistério da criação ou da transfiguração. [...] O imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chama de aura. O imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. (MAFFESOLI, 2001, p. 75)

Mesmo sendo ambíguo e interferindo diretamente em nossas subjetividades, nossos modos de ser e ver o outro, Maffesoli pondera que o imaginário “é algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo”. Apesar da possibilidade de se dizer “meu” ou “teu” imaginário, “quando se examina a situação de quem fala assim, vê-se que o “seu” imaginário corresponde ao imaginário de um grupo no qual se encontra inserido”. É, portanto, “o estado de espírito de um grupo, de um país, um Estado-nação, de uma comunidade etc. O imaginário estabelece vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa mesma atmosfera, não pode ser individual (2001, p. 76)”.

Para criar essa ligação, o imaginário se assemelha a um rio, uma bacia semântica (DURAND, 2014), um reservatório de sentidos, em que sua cristalização passa por um processo envolvendo seis fases: 1) o escoamento (quando diversas correntes formam-se num determinado meio cultural); 2) a divisão das águas (os escoamentos se reúnem em partidos, escolas – é quando acontecem as querelas); 3) as confluências (uma corrente já constituída tem necessidade de reconhecimento e do apoio das autoridades e de personagens influentes); 4) o nome do rio (mito ou história reforçada pela lenda esboça um personagem real ou fictício que denomina, tipifica e encarna a bacia semântica como um todo); 5) a organização dos rios em que a “consolidação teórica dos fluxos imaginários onde ocorrem, com frequência, os exageros de certas características da corrente pelos ‘segundos fundadores’ como São Paulo e o prolongamento dos Evangelhos” (DURAND, 2014, p. 113); e o esgotamento dos deltas (formação das derivações – a corrente do rio, enfraquecida, se subdivide e se deixa captar pelas correntes vizinhas). Assim, o país como um todo embarcou nessa bacia deixando-se levar pela correnteza de supostos pensamentos ensejada por uma ideologia que há muito estava adormecida/pausada, ávida para vir à tona.

Nessa perspectiva, compreendemos as vivências, posicionamentos políticos e comportamentos sociais em justaposição ao imaginário de um determinado grupo que se identifica com dado movimento e/ou partido político. O imaginário e o político inscrevem-se no plano ideológico, envolvendo o racional e a sensibilidade.

Em geral, quem adere a uma ideologia imagina fazê-lo por razões necessárias e suficientes, não percebendo o quanto entra na sua adesão outro componente, que chamarei de não racional: o desejo de estar junto, o lúdico, o afetivo, o laço social etc. O imaginário é, ao mesmo tempo, impalpável e real. (MAFFESOLI, 2001, p. 77).

É por meio da interação que se compartilham ideologias e se constroem imaginários, fortalecendo discursos que nascem da sensibilidade comum e tornam-se representativos de uma atmosfera que impregna determinados grupos sociais. Aqui, observamos que a aura da “casa-grande¹⁴” impregna grupos que integram as manifestações *pró-impeachment* de 2015 no Brasil. E qual é o contexto para que o sujeito se identifique com uma narrativa perversa e legalmente abolida no país? Esta narrativa aos moldes Casa-Grande, ao ignorar a dolorida existência das senzalas, perpetua a desigualdade, por meio de um olhar focalizado em seu próprio privilégio. Importante lembrar, neste mesmo contexto, a capa da edição comemorativa dos 80 anos de Casa-Grande & Senzala, na qual a senzala foi apagada e a Casa-Grande se destaca numa versão moderna e iluminada¹⁵. A classe privilegiada opta por subestimar os fatos históricos e as consequências da escravização, até mesmo criando restaurantes em regiões nobres com o nome de Senzala¹⁶. Já nas palavras de Mauricio Lissovsky (2016), “há uma parte submersa da senzala. Um resto deixado pelo excesso de horror, pela parte inominável do horror. Um resto que não se deixou consumir inteiramente no fogo da mercadoria”.

A compreensão dos imaginários, das ideologias e também a ideia de aura no arco temporal que abrange um Brasil que passa pela colônia, abolição, criação da CLT e das políticas de inclusão social do governo Lula (2003-2011), exige que estes conceitos sejam analisados indissociavelmente de processos históricos muito particulares. Isto é, devemos enxergar tais

¹⁴ O termo é empregado no sentido Freyriano, qual seja, o local onde a elite se estabelece e de lá comanda toda a sociedade.

¹⁵ Ver em: <https://www.travessa.com.br/casa-grande-e-senzala-edicao-comemorativa-80-anos/artigo/a482f645-6c74-495e-8fab-acfeca284041>

¹⁶ Em São Paulo há o restaurante Senzala, localizado em Alto Pinheiros, região nobre da capital paulista. Ver em: <http://www.senzala-sp.com.br/>

aspectos de nossa trajetória com um olhar crítico sobre a memória, pois é ela que nasce e se alimenta na história, por isso, devemos “trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 477). Cuidando, também, para que a imagem do novo negro não se restrinja apenas a figura daqueles bem-sucedidos economicamente, reforçando uma utopia pautada sobre valores burgueses capitalistas (PEREIRA; GOMES, 2001). Por exemplo, devemos ter espaços para reflexões e criações de novas memórias, imagens e imaginários sobre as mulheres negras, como apresentado por Renata Barreto Malta e Letícia Silva Mendonça (2022), em que, a partir das novas plataformas digitais, como o *YouTube*, a tecnologia pode ser utilizada para dar visibilidade às suas identidades, em um exercício de resistência às opressões raciais e de gênero, contrariando as representações que foram criadas ao longo da história sobre elas e não por elas.

A história social do trabalho no Brasil, que mais recentemente passou a ser analisada por novos vieses investigatórios (LARA, MENDONÇA, 2009), ainda esbarra nas implicações históricas e políticas. Concepções estas que, durante muitas décadas, excluíram os negros, escravizados ou ex-escravizados, dentro da narrativa do trabalho operário, livre e assalariado. Silvia Hunold Lara, ao recorrer às novas produções sobre a experiência escrava e o período pós-abolição, apresenta novos caminhos para o entendimento das experiências acumuladas pelos indivíduos escravizados e libertos, e como foram compartilhadas com os trabalhadores livres, tanto no período anterior quanto posterior à abolição.

Resgatar a experiência escrava e inserir a experiência na história social do trabalho permite desvendar os significados culturais e políticos de uma história americana cuja face muitas vezes se pretendeu ocultar. No Brasil, como nas Américas, esta atitude pode nos ajudar a compreender melhor as candentes questões da discriminação e das tensões raciais do presente. Mas isto não é tudo. O sentido da luta secular pela cidadania empreendida por homens e mulheres de pele escura que, mesmo cativos, lutaram para ser e foram sujeitos de sua própria história indica caminhos para a reflexão e a ação de pessoas que independentemente da cor de suas peles, vivem hoje no Brasil: um longínquo país no qual a conquista da plena cidadania permanece sendo uma questão crucial. (LARA, 1998, p. 38)

O ano de 1888 tornou-se marco temporal de análise da historiografia brasileira sobre o trabalho assalariado livre. As análises sobre o período, ainda que abordando o fim da escravidão, excluem a contribuição do trabalho dos escravos dentro do entendimento de o que é o trabalhador. As análises do fim do século XIX e início do século XX criaram “dois Brasis”,

o conceito de Escravidão é apresentado com uma oposição à Liberdade, normalizando o conceito de "substituição" do trabalho escravo negro pelo trabalho livre do imigrante branco. O grande abismo dentro dessa “transição” passa então a estabelecer uma análise rasa da passagem do mundo escravo, com a coisificação dos indivíduos, para o universo no trabalho livre ao assalariado do imigrante europeu. As propostas abolicionistas-imigrantistas de anseios burgueses, humanidade e justiça, seguiram até as décadas de 1960 e 1970, fixando essa exclusão do negro na luta pela sua própria liberdade¹⁷.

O processo de abolição, a emancipação e a criação da República foram carregados de silenciamento do negro nas conjunturas de cidadania, identidade, raça, cultura e de políticas públicas. O mundo do trabalho, as hierarquias sociais, as bases agrárias, estruturas urbanas e outros componentes de uma sociedade escravista, frente à abolição, desde o início não envolveram as questões dos libertos em sua construção de imaginário. Assim como em outros países da América Latina, o Estado brasileiro foi constituído em uma aliança com a burguesia, a modernidade e as políticas do cotidiano desde cedo excluíram esses homens e mulheres. De um lado era “naturalizado” o recente passado a ser esquecido, enquanto de outro abordou as “relações sociais” pelo viés antropológico nos anos 30. Os mais recentes estudos da pós-emancipação¹⁸, que investigam a inserção do negro na historiografia do Brasil moderno, incluem sua participação dentro do mundo do trabalho, pensamento social, política, direitos humanos, cidadania e questões de gênero tiveram início somente na década de 1990. A emancipação, e seu legado não resolvido, ainda exige muita reflexão sobre autodeterminação, acesso à terra, igualdade nas relações e reconhecimento.

Condições econômicas, sociais e políticas de um mundo modernizado, e de interesses polarizados, impulsionaram a sistematização da legislação trabalhista no Brasil, resultando na

¹⁷ “O conceito de liberdade teve vários significados entre o fim século XIX e início do século XX e não significa, necessariamente, trabalho livre. Ir e vir sem restrições, reconstrução de laços familiares sem o comércio de seus entes como objetos, bem como a possibilidade de não servir a ninguém aparecem como liberdade antes da dimensão econômica do termo, em que se apresenta a venda de uma força de trabalho em troca de um salário. Investigar as insurreições escravas e os quilombos é crucial para a discussão dos movimentos sociais em nosso país. Assim como não se pode generalizar as experiências paulistas para a realidade de outras regiões dentre nesse processo histórico.” (LARA, Sílvia Hunold, “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil” Projeto História, 16 fev.1998): 25-38.).

¹⁸ DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos. Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

criação da CLT¹⁹. Anterior a isso, o desejo e os interesses das massas operárias na formulação de políticas públicas ganharam força com a Primeira Guerra. Ali a classe política já entendia que proteção legal das classes trabalhadoras e menos favorecidas era vital para evitar tentativas de golpes de movimentos de esquerda e de direita. O desequilíbrio social, a ascensão dos movimentos fascistas na Europa e o modelo comunista como solução para tal repercutiram no Brasil. Seja pelo movimento paredista e a greve de 1917; pela Coluna Prestes e o movimento tenentista em 1925; e mais tarde, através do movimento integralista 1933; e da crise de 1929; ficou mais clara a radicalização de movimentos sociais pela direita e pela esquerda. O desemprego, a queda dos salários e o descontentamento com a política do “café com leite” foram ingredientes para o golpe que levou Getúlio Vargas ao poder, criando uma frente nacionalista e populista para tentar conter interesses correntes comunistas e fascistas. Os impactos desse cenário foram o gatilho para a experiência de um Estado intervencionista na América, um consenso pós-guerra entre interesses do capital e dos trabalhadores. Além disso, houve a consolidação do Estado de Bem-estar Social e da Seguridade Social no continente europeu após a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, somente no início da década de 1930 que a questão social passou a ser considerada uma expressão legítima aos olhos do empresariado e do Estado, que estavam lidando com uma classe operária em constante desenvolvimento dentro do cenário político e da sociedade. Assim, com a CLT, o Salário Mínimo, as legislações laborais e os demais mecanismos de intervenção nas relações sociais, buscou-se a proteção, estabilidade e diminuição das desigualdades dos trabalhadores e suas famílias. No Estado Novo e no avanço da industrialização, sujeitos passam a ser um coletivo instituído como sindicato. Logo, a Constituição de 1937 dualiza a atenção previdenciária entre esses trabalhadores da indústria e aqueles que são informais criando um novo pacto entre as classes sociais: de um lado os segurados, e em outro os dependentes das ações filantrópicas (YAZBEK, 2008). A Constituição de 1988 passa a regulamentar Seguridade Social, promovendo mudanças nas Políticas Sociais e no entendimento de organização e gestão da Assistência Social. Assim, a década seguinte foi

¹⁹ Promulgada no Brasil em 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compila as leis trabalhistas do Brasil elaboradas no governo de Getúlio Vargas. A partir do Decreto-Lei n. 5243, a CLT passou a reunir as normas de direito individual e coletivo, fiscalização e direito processual no ambiente do trabalho.

marcada pela efetivação dos direitos constitucionais em um cenário de políticas compensatórias e de Estado Mínimo.

Na gestão Lula (2003-2010) observamos a promoção de políticas sociais voltadas aos setores mais vulneráveis da população brasileira. Seja ao dar continuidade às práticas anteriores, com reformas e descentralizações promovidas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso – (FHC), ou criando rupturas e implantando novos modelos de gestão, desde o primeiro momento seu governo implementou programas sociais que podem ser considerados por alguns compensatórios ou assistenciais, ao voltar-se aos cidadãos mais pobres e que se encontravam abaixo da linha da pobreza (OLIVEIRA, 2009). Com o *Bolsa-família* dentro das políticas de transferência de renda, o *ProJovem* e o *Primeiro Emprego*, buscou-se promover a melhora no acesso à educação, saúde e trabalho.

Ao assumir o cargo de Presidenta da República, em 2011, Dilma Rousseff prossegue com as políticas sociais praticadas durante o governo Lula. Ainda em seu primeiro mandato, a governante sofre duras críticas. Estas tornam-se mais severas e populares a partir das manifestações de 2013. Apesar da crise propagada, Dilma é reeleita em 2014. No entanto o governo inicia-se fragilizado em função das acusações de corrupção alastradas por todo o sistema e pela ampliação do antagonismo entre as alas de direita e da esquerda no Brasil. Em março de 2015, ainda no primeiro ano de seu segundo mandato, eclodem as populosas manifestações contrárias ao governo petista e favoráveis a *Lava Jato*.

3.1 A ELITE VAI À RUA

As manifestações *pró-impeachment* da presidenta Dilma Rousseff que ocorreram no Brasil, após as jornadas de junho de 2013, tinham em comum a predominância de pessoas brancas e com nível de escolaridade universitário, representando mais de 74% dos presentes. Um claro contraste à realidade nacional, no qual apenas 7,9% da população possui curso superior completo e que 47,5% dos cidadãos se identificam como brancos (IBGE, 2012). Verifica-se, claramente, que a parcela privilegiada da sociedade constituía o grande número de manifestantes (DATAFOLHA, 2015). É com o objetivo de discutir o imaginário deste grupo que selecionamos duas fotografias amplamente divulgadas pela mídia durante os protestos, propondo um diálogo comparativo com outras quatro pinturas que retratam o período

escravocrata brasileiro²⁰. As obras que remetem a este período foram selecionadas entre as pinturas dos principais artistas viajantes que retrataram o Brasil no início do século XIX, Jean-Baptiste Debret²¹ e Johann Moritz Rugendas²², e do pintor, escultor e escritor Francisco Aurelio de Figueiredo e Melo. Já, as fotografias que registram as manifestações pró-*impeachment*, foram extraídas de dois grandes portais de notícias nacionais: UOL e Globo.com. Adiantamos que as cores verde e amarelo, presentes na bandeira nacional, repetem-se em ambas as imagens dos protestos: estampam o nacionalismo acentuado dos participantes que se apropriam das cores da bandeira a fim de ressignificá-la, tornando-a um símbolo de suas reivindicações²³.

A Figura 3, capturada em protesto na Avenida Paulista, mostra um homem branco, pintado de preto, amarrado a um tronco com a palavra “inconfidência” estampada no artefato. Ao redor dele há duas senhoras brancas, vestidas de verde e amarelo, sorridentes. O primeiro aspecto a considerar nesta imagem é o chamado *blackface*, tipo de show popular nos EUA do século XIX, no qual “atores brancos pintavam suas faces de preto, inicialmente com a ideia de representar os negros da sociedade, de forma preconceituosa, já que os negros nos Estados Unidos não faziam parte da sociedade igualmente aos brancos” (BERGAMO, 2014, p. 13). Contextualizando o *blackface* para a realidade brasileira atual, podemos pensar em duas possíveis explicações para a imagem: 1) pinta-se um homem branco de preto pela ausência de negros para compor a cena, visto que a manifestação foi protagonizada por brancos em sua maioria; 2) reafirmação do pensamento escravocrata, no qual os negros são os sujeitos que vão ao tronco para serem castigados.

²⁰ Temos consciência do pequeno número de imagens que aqui analisamos, mas após o levantamento de imagens que reiteram o imaginário escravocrata nos manifestos de 2015, optamos por selecionar apenas as mais representativas – em termos de circulação midiática – para este momento do estudo.

²¹ Jean-Baptiste Debret (1746-1848) foi um pintor, desenhista, gravador, professor, decorador e cenógrafo francês que atuou no Brasil no século XIX.

²² Johann Moritz Rugendas foi um pintor alemão que viajou no Brasil durante o século XIX coletando materiais para suas pinturas e desenhos. O pintor se destacou por registrar costumes locais e botânica.

²³ A partir das manifestações de 2013 cria-se uma notória separação entre a direita verde e amarela em oposição à esquerda vermelha, em alusão a cor presente no logotipo do Partido dos Trabalhadores. Grupos insatisfeitos com o governo passam a vestir-se constantemente com as cores da bandeira nacional e atacam a esquerda dizendo: “a nossa bandeira jamais será vermelha”.

Figura 3 – Re-apresentação dos castigos públicos nas manifestações pró-impeachment



Fonte: Opera Mundi (2016).²⁴

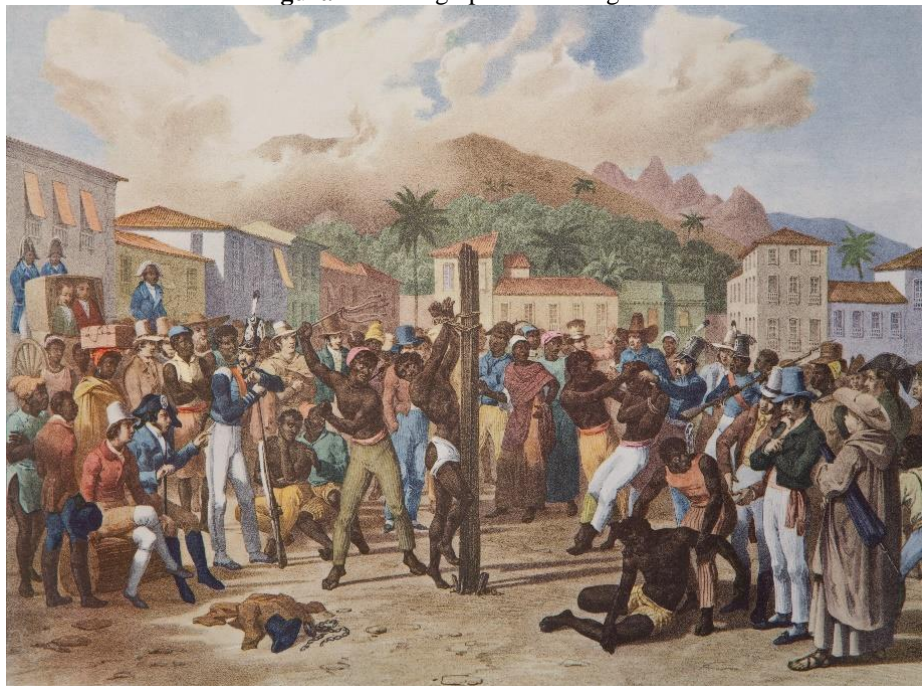
As cenas de negros em troncos eram comuns no período da escravidão, constituíam-se, inclusive, como atrativo à população (PINSKY. 2001, p. 77). Podemos ver esta realidade na obra *Castigo Público* (Figura 4), de Rugendas, na qual há um homem negro amarrado em um tronco recebendo chicotadas, ao redor há pessoas brancas e negras assistindo. Entre as expressões faciais não vemos espanto com a situação, o público aparenta estar apenas presenciando uma cena cotidiana, composta por um negro recebendo seu castigo no tronco e outros negros no chão, após terem passado pela mesma situação. Sobre essas punições, Jaime Pinsky relata que:

Há casos em que os próprios proprietários aplicavam o castigo, às vezes, sem nenhuma razão. O escravo novo, mal acabara de chegar, já levava uma surra de relho “para não se meter a besta”, isto é, para se manter em sua condição de escravo. Noutros casos, o castigo era sistemático, violentíssimo e

²⁴ MANIFESTAÇÃO de 13 de março: onde estavam os negros na Paulista? **Opera Mundi**. 2016. <https://operamundi.uol.com.br/samuel/43504/manifestacao-de-13-de-marco-onde-estavam-os-negros-na-paulista>. Acesso em: 20 jul. 2020.

desmoralizador. O negro, após sessões contínuas de tortura, deveria engolir seu orgulho e evitar qualquer manifestação de rebeldia ou independência. (2001, p. 76)

Figura 4 – Castigo público – Rugendas



Fonte: Diener; Costa (2017).²⁵

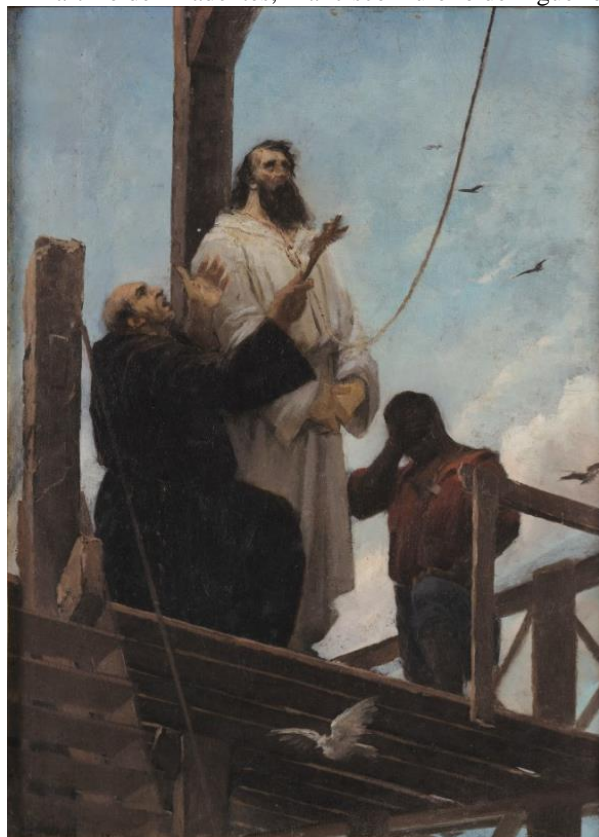
A tortura infligida ao negro era uma ação regular, feita pelos proprietários com o objetivo de punir, dar exemplo ou evitar possíveis desordens. Na Figura 3 vemos uma caricatura desta realidade, o negro e o castigo público. Ao observar esta imagem do Brasil atual, destaca-se também o nome “inconfidência” escrito no tronco da forca, termo este que faz referência à *Inconfidência Mineira*, movimento de caráter separatista liderado por integrantes da elite mineira, que inconformados com a exploração e os altos impostos pagos a Portugal, desejavam separar a capitania de Minas Gerais do restante do Brasil, criando um Estado independente. O movimento inconfidente findou com o enforcamento do Alferes Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, em 21 de maio de 1792. Importante enfatizar que Tiradentes não era negro, Augusto de Lima Júnior descreve a aparência do inconfidente como “de raça branca pura, sem mistura de ‘mouro, judeu, mulato ou outra infecta nação’, conforme está escrito no processo de habilitação canônica de seus irmãos para ordenação sacerdotal” (JÚNIOR, 1988, p. 117-118).

²⁵ DIENER, Pablo; COSTA, Maria d. F. **Rugendas e o Brasil: Obra Completa**. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2017.

A Figura 3 não apresenta um homem branco sendo responsabilizado pelos atos insurgentes, mas um homem branco simulando um homem negro, por meio do *blackface*. Atuação que simboliza o deleite de uma elite branca com a representação de violência contra pessoas negras. Enquanto na Figura 4 a maioria das pessoas que acompanha a aplicação da violência é negra, observando o “castigo exemplar”, na Figura 3 ela acontece com o objetivo de divertir a nova Casa Grande.

Ao atentar à obra *Martírio de Tiradentes*, de Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo (Figura 5), observamos novamente a chamada punição exemplar, Tiradentes prestes a ser castigado por prática de atos insurgentes. A obra de Melo nos apresenta personagens emblemáticos envolvidos no jogo de poder inconfidente, o padre, ajoelhado segurando um crucifixo, sugestivamente, convocando clemência, e o negro, em uma postura com a mão na testa indicando possível sinal de desalentado. O homem negro, o qual assistia e participava do padecimento de um insurgente branco, sendo seu verdugo, destaca a relação racial inversa entre oprimido e opressor, tornando possível a expressão da empatia na imagem de desalento do homem. No que tange ao padre, é relevante pontuar que a Igreja lucrava com os demasiados impostos cobrados da população mineira, bem como martirizavam escravos e classes pobres em nome de seu próprio enriquecimento. Logo, pelo o que o representante da igreja estaria a clamar? Nesta obra, Tiradentes associa-se a uma imagem messiânica, o Messias entre o algoz e o religioso. Tal relação acentua o imaginário da Casa-Grande como defensora da ordem, da moral e dos bons costumes, interseccionando política e religião em sua história.

Figura 5 – Martírio de Tiradentes, Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo



Fonte: Melo (1893).²⁶

Quando o participante de uma manifestação no século XXI – aqui repleta de membros da classe média brasileira – opta por trazer a representação de um negro preso à um tronco, aludindo ao movimento revolucionário liderado por Tiradentes, figura histórica que foi levado ao enforcamento por lutar contra as opressões do Estado, figurativiza-se a história opressiva e, em certa medida, retoma-se esse discurso para dar seguimento ao imaginário colonizador que permeia as elites brasileiras, reiterando técnicas violentas, buscando resgatar um passado que em lugar de criticá-lo, exalta as feridas de um Brasil algoz.

Na Figura 6, capturada em manifestação realizada no Rio de Janeiro, encontramos outra imagem simbólica dos protestos pró-*impeachment*, pois, nela verifica-se a presença de um casal branco passeando com seu cachorro na coleira e atrás deles seus filhos são empurrados no carrinho de bebê pela babá negra. Suas roupas são distintas, a mulher negra está uniformizada

²⁶ MELO, Francisco A. d. F. **Martírio de Tiradentes**. Disponível em: <https://g.co/arts/wDoqW9VPtj7qLpMi8>. Acesso em: 24 jan. 2023.

como “babá”, enquanto a família é colorida com a paleta da bandeira nacional – nesta configuração o Brasil pertenceria aos padrões? A imagem dá a ver uma realidade social em que a classe trabalhadora é destituída do direito de vestir as cores da bandeira e lutar pelos seus direitos – em certa medida, impedida de ocupar as ruas em igualdade com a classe média que neste momento clama por seus direitos, estes que não deveriam ser *seus*, mas *nostros*.

Figura 6 – Bebês no carrinho a caminho do protesto pró-*impeachment*.



Fonte: Correio Braziliense (2016).²⁷

Ao revisitar nosso passado escravocrata, visualizamos na Figura 7 a pintura *Senhora na sua cadeirinha a caminho da Missa*,²⁸ de Debret. Aqui o artista retrata uma senhora branca, que aparenta ser da elite local, sendo carregada por escravos e ao lado uma menina negra, que a acompanha a pé. Com exceção da senhora que está dentro da cadeirinha, todos estão com os pés no chão. Como é possível notar na arte de Debret, durante o período escravocrata as funções dos negros nas cidades incluíam tarefas relacionadas ao transporte de pessoas e cuidados

²⁷ FOTO do Correio com diretor do Flamengo e babá viraliza na web. **Correio Braziliense**. 2016. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2016/03/13/interna-brasil,521905/amp.html>. Acesso em: 22 ago. 2019.

²⁸ “[...] A cadeirinha do Rio de Janeiro, aqui representada, pertence a uma pessoa rica e de boa sociedade que se faz conduzir por escravos de libré [...].(DEBRET, 2016, p.448). DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016.

domésticos. Maria Neves (2001, p. 49) relata que “os escravos, além de se dedicarem às lides domésticas, como cozinheiras, lavadeiras, amas, cocheiros, mucamas, eram encarregados do transporte de coisas e pessoas”. Assim como na foto da manifestação pró-*impeachment* (Figura 6), o negro retratado na pintura de Debret está a serviço de uma pessoa da elite branca, sua servidão e falta de calçados deixa claro que suas posições são díspares: o negro é o escravo carregador, enquanto a senhora branca é a proprietária privilegiada. Sobre cenas como esta, Neves expõe o seguinte relato da época:

Também não me agradava passear na famosa rua do Ouvidor; entretanto ali se reúne o que existe de mais elegante na terra; mostram as lindas brasileiras os seus vestidos caros, acompanhadas, como de praxe, de duas ou três mulatinhas, alguns molequinhos e molequinhas, tudo desfilando gravemente, o marido à frente. (NEVES, 2001, p. 55)

Figura 7 – Senhora na sua cadeirinha a caminho da missa – Debret



Fonte: Bandeira; Lago (2017).²⁹

As posições ocupadas pelas pessoas expostas na Figura 7 são similares à Figura 6: o marido segue à frente, enquanto há uma mulher negra encarregada das crianças. A vestimenta é atualizada para o contexto atual, camiseta esportiva do Flamengo, mas nas cores verde e amarela. Somente o casal e as crianças vestem as cores da manifestação, a babá veste branco, e isso delimita sua presença: ela não é parte da família e não está ali para fazer reivindicações, está na manifestação a trabalho e cumpre a missão contemporânea das amas e carregadoras de

²⁹ BANDEIRA, Julio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil: Obra Completa 1816-1831**. Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007.

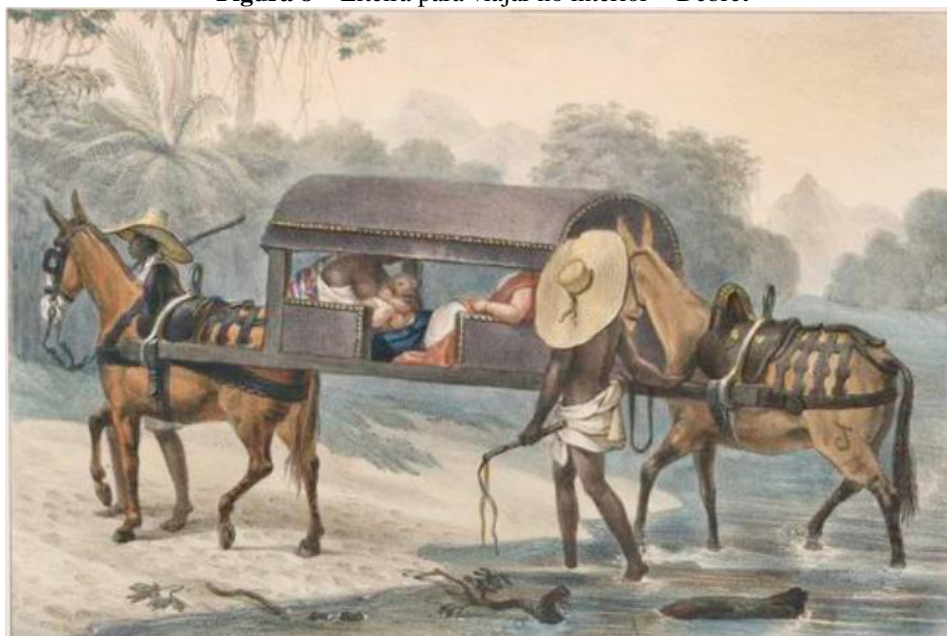
séculos passados. Novamente vemos o retrato do passado atualizado nas manifestações pró-impeachment.

Para além da obra vista na Figura 7, atentamos à outra arte de Debret: *Liteira para viajar no interior* (Figura 8). Tal imagem nos revela como as senhoras brancas podiam realizar longos passeio com suas crianças, uma vez que as amas de leite estavam junto para cuidar delas. Um paralelo é possível com a fotografia da família branca indo protestar, enquanto os pais têm a tranquilidade de levar o cachorro na coleira e clamar pela manutenção de seus privilégios, na companhia de seus dois filhos, há uma mulher negra que facilita esta jornada. Se na obra do Debret a ama servia para que a senhora repousasse na liteira, na contemporaneidade ela também se faz presente, ainda com a função de cuidar das crianças, propiciando uma camada extra de tranquilidade ao protesto dos patrões. Cenas como estas se associam às imagens de controle criadas sobre as mulheres negras, presentes nas reflexões de Patricia Hill Collins e apresentadas em o *Pensamento Feminista Negro* (2019), uma vez que, em nossa análise, percebemos que a interseccionalidade entre raça, gênero e classe se faz presente em diferentes imagens e períodos da história brasileira. Tais imagens retratam episódios em que a rua aparece como um dos lugares/espacos em que as experiências de opressão acontecem, reiterando desigualdade e opressões raciais.

Ao passo em que a classe média ignora a realidade da senzala (LISSOVSKY, 2016), imagens como a da Figura 6 mostram que a realidade do povo negro e pobre emerge em meio a um protesto repleto de brancos. Logo, podemos considerar que a saída às ruas reivindicando o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, impulsionada por movimentos como o *Vem Pra Rua* e o *MBL*, líderes e partidos políticos da direita, acaba por não se configurar em uma luta característica de movimentos sociais, mas como uma manifestação nostálgica do passado, resgatando imagens da *casa-grande e senzala*, segregando a sociedade em eles e nós, brancos e negros, classe média e seus serviçais. Solicitam-se mudanças, reivindicam-se melhorias do governo, todavia estas não devem alterar ou diminuir seus privilégios, ao contrário, devem perpetuá-los. Para tal, vê-se a importância para este grupo em reiterar imagens que construam alegorias de uma passado escravocrata, reivindicando, acima de tudo, a permanência dos lugares desiguais – se existe alguma ‘ascensão social’, será necessário alterar as políticas, se há um ‘movimento social’, neste momento a classe privilegiada parece reivindicar o contrário: a

‘estagnação social’, para que cada sujeito permaneça onde o passado lhe garantiu (ou lhe forçou) lugar.

Figura 8 – Liteira para viajar no interior – Debret



Fonte: Debret (1835).³⁰

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou refletir sobre as manifestações pró-*impeachment* organizadas no Brasil após a reeleição presidencial de Dilma Rousseff. A análise se deu sobre o viés do imaginário escravocrata manifesto por certa elite brasileira. Ao compararmos imagens capturadas durante os protestos de 2015 com figuras pictóricas representativas de um Brasil de início do século XIX, verificamos que os grupos pertencentes aos manifestos de século XXI, alinhados ao imaginário da classe média brasileira, acabam por diluir-se enquanto movimentos sociais, ao passo que não buscam provocar transformações sociais, mas sim tendem a reiterar imagens opressoras pertencentes a história racista do país.

Percebe-se que as imagens e o imaginário criado sobre os corpos negros, desde o período da escravização, se renova a partir da exposição e exploração de corpos e existências,

³⁰ DEBRET, Jean-Baptiste. Liteira para viajar no interior. Disponível em: <http://www.terrabrasileira.com.br/folclore3/q01-trnsp2.html>. Acesso em: 23 jan. 2023.

promovendo a sua exclusão e os processos de subalternidade. Collins (2019), em sua abordagem sobre as imagens de controle, ressalta que ao existir por meio de uma visão binária, em que o povo negro é colocado na posição de “outro”, pelo poder exercido pela elite branca, passa a ter sua representação manipulada e objetificada. Seja por meio de gravuras ou situações cotidianas retratadas em fotografias que circulam na mídia e nas telas de dispositivos eletrônicos, notamos que este imaginário é construído, imposto e, por certos grupos, naturalizado. Logo, podemos relacionar a criação de tais imagens à reflexão de bell hooks (1989) sobre a pessoa negra que, privada do direito a definir sua realidade, estabelecer sua identidade e de nomear a sua história, é reprimida, pois é considerada um objeto e não sujeito. Deste modo, ressalta-se a importância da autodefinição apresentada por Collins (2019), em que as transformações individuais, que, interligadas às de um grupo, possibilitam mais do que a existência, mas a possibilidade de exercer certo controle sobre o mundo em que vivem para, então, promoverem mudanças.

Nota-se que há um Brasil que não conseguiu (ainda) ajustar suas contas com seu passado escravocrata e este o assombra todas as vezes em que os movimentos sociais se fazem presentes nas ruas. Se são os pretos e pobres, são massacrados pela guarda³¹; se brancos e ricos, são guardados pelas forças de segurança e ainda podem ganhar cantos e loas na mídia³². E isso é algo da natureza da classe média brasileira que se espelha na elite do atraso³³ (SOUZA, 2018), já que é quase impossível impedir a fluidez do seu trajeto antropológico, qual seja, “a incessante troca que existe no nível do imaginário entre as pulsões subjetivas e assimiladoras e as intimações objetivas emanando do meio cósmico e social” (DURAND, 1997, p. 41). Assim, os “seres sem alma” de outrem, vicejam ainda hoje, em pleno século XXI, no espectro imaginal da elite brasileira e as imagens que apresentamos neste estudo são apenas um indício de que a

³¹ Durante as Jornadas de junho de 2013, Rafael Braga, jovem negro, catador de materiais recicláveis, foi preso mesmo sem participar dos atos daquele dia, 20 de junho. Durante a dispersão do protesto Rafael foi abordado por policiais civis na Lapa (RJ). Segundo os agentes, o jovem de 25 anos carregava dois frascos em suas mãos que para eles assemelhavam-se ao coquetel molotov. Mais tarde o laudo do esquadrão antibomba da Polícia Civil atestou que os frascos de Pinho Sol e Água Sanitária seriam pouco efetivos para funcionar como substâncias explosivas. Entretanto, Rafael Braga foi condenado em primeira instância a cinco anos de prisão em regime fechado por porte de material explosivo.

³² As manifestações que bradavam pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff ficaram amplamente conhecidas pelas fotografias (muitas *selfs*) dos manifestantes com os policiais que ali buscavam manter a cordialidade e a segurança da população vestida de verde e amarelo.

³³ Para Souza (2018, p. 167) “entre a elite do dinheiro de quem é uma espécie de ‘capataz moderno’, e as classes populares, a quem explora. Ela tem que se autolegitimar tanto para cima quanto para baixo”. A elite do atraso é composta pelos donos dos meios de produção e seus capatazes, a classe média.

história se repete reconfigurada e ressignificada nas pinturas e fotografias num período de pouco mais de 100 anos.

REFERÊNCIAS

BERGAMO, Gabriella. N. **O teatro musical nos palcos do Brasil: Questões do processo histórico do gênero musical.** p. 14, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132712/TCC%20%C3%BAAltima%20versao%20-%20GABRIELLA%20N.%20BERGAMO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 ago. 2019.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura – poder da identidade.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.2.

CENSO 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil. **IBGE.** 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=1&idnoticia=2125&view=noticia>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CIFUENTES, M. E. **Movimientos Sociales en América Latina: notas para um debate urgente.** XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia. Rio de Janeiro. mar. 1986.

COLLINS, Patricia H. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COMO e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sergio Moro. **The Intercept Brasil.** 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro>. Acesso em: 16 jun. 2019.

DATAFOLHA. 100 mil foram a Paulista em 12 de abril e defendem o impeachment. 2015b. **Folha.** Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615923-100-mil-foram-a-paulista-em-12-de-abril-77-defendem-impeachment.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2019.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio d. S. **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arqueologia geral.** Tradução de: Hélder Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DURAND, Gilbert. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia.** Tradução de: Renée Eve Levié. Rio de Janeiro: Diefel, 2014.

HOOKS, bell, **Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black** (Boston, South End, 1989), p. 42.

JÚNIOR, Augusto. Tiradentes e a Inconfidência. **Revista O Alferes**, v.6, n.19, p. 117-118, 1988. Disponível em:
<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/408/391>. Acesso em: 26 ago. 2019.

LARA, Silvia H., “**Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil**”. Projeto História, 16 (fev.1998): 25-38. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11185/8196>. Acesso em 15/06/2019.

LARA, Silvia H.; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Leis e História do Trabalho no Brasil: uma base de dados**. In: IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2009, Curitiba. Centro de Pesquisa em História Social e da Cultura. IFCH-UNICAMP. CECULT. Disponível em:
<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/silvialarajoselimendonca.pdf>. Acesso em 22/01/2020.

LEGISLAÇÃO: **Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa**. Base de Dados, CECULT (IFCH-UNICAMP) e CEDIS (FD-UNL), Disponível em: <https://www2.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/>. Acesso em 22/01/2020.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**, Le Goff (org.). Porto: Imprensa nacional – Casa da Moeda, 1984.

LISSOVSKY, Mauricio. O sumiço da senzala: tropos da raça na fotografia brasileira. **Devires**, v. 13, n. 1, p. 34–65, 2016.

MAFFESOLI, Michel. “O imaginário é uma realidade”. In: **Revista Famecos**, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2001.

MALTA, Renata Barreto; SILVA MENDONÇA, Letícia. A mulher negra no circuito da cultura: uma análise do canal Afros e Afins. **Comunicação & Informação, Goiânia, Goiás**, v. 25, p. 433–455, 2022. DOI: 10.5216/ci.v25.67044. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/ci/article/view/67044>. Acesso em: 3 fev. 2023.

NEVES, Maria. **Documentos sobre a Escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, p. 49-55, 2001.

OLIVEIRA, Dalila A. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. RBPAE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em:
<https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491/11317>. Acesso em: 22 ago. 2019.

OPERAÇÃO LAVA JATO. Caso Lava Jato. **Ministério Público Federal**. Disponível em:
<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em: 28 jan. 2023.

O SURGIMENTO dos ‘coxinhas’. Sergio da Motta e Albuquerque. **Observatório da Imprensa**. 03/09/2013. Edição 762. Disponível em:
http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed762_o_surgimento_dos_coxinhas/. Acesso em: 22 ago. 2019.

PEREIRA, Edimilson; GOMES, Núbia. **Ardis da imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira**. Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUC Minas, 2001.

PINSKY, Jaime. **A Escravidão no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, p. 76-77, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. Loyola, 1993.

SOUZA, Jesse. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

YAZBEK, Maria C. **Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS**. CapacitaSUAS, Brasília: MDS, 2008, p.79-136.